



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 18 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Muito a fazer	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO ‘TENHO MUITO O QUE OUVIR DO MINISTRO’	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO O MUNDO E O DESAFIO CHINÊS.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO POLÍTICA PARA MELHORAR PERFIL DA DÍVIDA FOI ABANDONADA, DIZEM ECONOMISTAS	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO AINDA FALTA UM SINAL CLARO DO GOVERNO NA POLÍTICA FISCAL	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Plenário da Câmara deve votar somente MPs nesta semana	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP GOVERNO PREVÊ SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 616,34.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Muito a fazer		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Por Arthur Virgílio Neto

Aprorrogação da Zona Franca é necessária e inevitável. Nenhum governo normal deixaria morrer um polo industrial que emprega tanta gente. É relevante para a política de segurança nacional do País e evita mais desmatamentos.

Aprovei no Senado a extensão do prazo até 2033. A matéria aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

Deixei tramitando a prorrogação do modelo até 2073. Falta o Senado deliberar e enviar a PEC para a Câmara. Tudo isso pode ser feito sem demora.

Deixei, ainda, a PEC que amplia para os municípios da Região Metropolitana os incentivos da **ZFM**. E uma outra, já aprovada pelo Senado, que muda o nome da **Zona Franca** de **Manaus** para Polo Industrial da **Amazônia** Brasileira, exatamente para tirar a impressão de compra e venda de **importados** e consolidar, em todo o Brasil, a ideia de **produção** industrial de alta definição tecnológica.

Tudo isso é **importante**, mas não garante o futuro. O gargalo logístico precisa ser vencido: precário fornecimento de energia elétrica, apesar do gasoduto solenemente inaugurado que não dá gás; infraestrutura aeroportuária deficiente; ausência de hidrovias e de saída terrestre para o resto do Brasil; investimento insuficiente em reciclagem de mão de obra, capital intelectual e inovação; excessiva burocracia por parte dos órgãos fiscalizadores, por falta de pessoal em quantidade adequada.

Como as coisas vão, a reforma do Aeroporto Eduardo Gomes, por exemplo, terminará após a Copa de 2014. É lamentável, porque oportunidades perdidas são como água corrente: a que você bebe agora não é a mesma que acabou de passar.

○ **Amazonas** paga 64% dos tributos de todo o Norte e praticamente nada recebe do **Governo Federal** para investir em infraestrutura. Muito a fazer!

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO 'TENHO MUITO O QUE OUVIR DO MINISTRO'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Humberto Barbato - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)

1. Na semana passada, o ministro Aloizio Mercadante anunciou um investimento de US\$ 12 bilhões da taiwanesa Foxconn (fabricante de displays para tablets e celulares) e a geração de 100 mil empregos no Brasil. O sr. apresentou críticas ao projeto e agora o ministro quer encontrá-lo. O que o sr. vai dizer a ele?

Eu não tenho muito o que falar, mas tenho muito que ouvir do ministro sobre esse megaprojeto. Muito gentilmente, o **Ministério** da Ciência e Tecnologia entrou em contato comigo solicitando esse encontro.

Gostaria de conhecer os reais números desse projeto. Se tudo for verdade, também será preciso promover uma melhoria na infraestrutura (do local de instalação da fábrica, para viabilizar o projeto).

2. Por que o sr. não acredita no projeto?

Acho muito difícil que sejam gerados 100 mil empregos. Ao todo, o setor de eletroeletrônicos emprega 175 mil pessoas. O automobilístico 110 mil. Falar em 100 mil pessoas é algo fora de propósito. O valor de US\$ 12 bilhões é quase o investimento

necessário para três ou quatro fábricas de semicondutores da Intel.

3. Mas a Foxconn não deve fortalecer a indústria de eletroeletrônicos local?

O Brasil tem uma forte vocação para a indústria. No setor de eletroeletrônicos, o País sofre com um déficit na balança comercial de US\$ 27 bilhões. Precisamos modificar essa realidade. Se a Foxconn produzir componentes, ela é bem-vinda. Mas, pelo que me consta, essa nova unidade da empresa no Brasil só montará os produtos e importará os componentes. Não podemos viver com esse déficit absurdo.

4. O sr. esperava um anúncio desse porte durante a viagem da comitiva brasileira à China?

Foi uma surpresa.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO O MUNDO E O DESAFIO CHINÊS	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Carol Monteiro de Carvalho - O Estado de S.Paulo

Nos últimos 25 anos, a China vem apresentando os mais altos níveis de crescimento, ocupando o posto de segunda maior economia do planeta. Para se ter uma ideia, em 2010, quando a maior parte dos países ainda estava se recuperando da crise de 2008, o seu crescimento foi de 10,3%. Esse índice bateu de longe o atual número um da escala da economia global, os Estados Unidos, que cresceu apenas 2% (o Brasil, por sua vez, atingiu 7%). As previsões apontam ainda que, dentro de 10 anos, a China dominará um quarto das negociações de **exportação** de todo o mundo.

São diversas as razões que estão contribuindo para esse **desenvolvimento** grandioso e acelerado de um país que, somente em 1997, abandonou de vez o socialismo de **mercado**. Dentre elas, poderíamos citar: a manutenção da desvalorização do Yuan, a moeda local; o custo reduzido das empresas chinesas com mão de obra; e os incentivos e investimentos do governo na **produção** local. Criticadas mundo afora, todas essas características levaram diversos países, inclusive o Brasil, a aplicarem medidas de defesa comercial contra os produtos chineses. É interessante pontuar que nos últimos cinco anos foram impostas à China 30 medidas antidumping. Na maior parte dos casos, a Organização Mundial do **Comércio** (OMC) sempre se pronunciou em favor dos países que se diziam prejudicados pelos preços de dumping praticados pelos produtores chineses.

No entanto, agora, em 11 de março de 2011, o Órgão de Apelação da Organização Mundial do **Comércio**, numa resolução surpreendente, julgou em favor da China e contra os Estados Unidos um processo envolvendo pneus para veículos off-road, sacolas de tecido e dois tipos de tubo de aço. A resolução em prejuízo dos EUA pauta-se, principalmente, no argumento chinês segundo o qual o governo americano não poderia lançar mão, a um só tempo, de dois

mecanismos protecionistas, mesmo sob a alegação de que os produtos da China seriam fabricados por empresas estatais - com subsídios governamentais, portanto.

A aplicação de direito antidumping e medidas compensatórias simultaneamente configura um "duplo remédio" (em inglês, "double remedies") e contraria as obrigações dos EUA perante à OMC. Após um longo período de incertezas e indefinições, a alegação chinesa foi, então, finalmente acatada.

Ou seja, mesmo que a princípio a República Popular da China não tenha sido uma das partes contratantes originais do Acordo de Marrakech (15 de abril de 1994), o país, desde que se tornou membro efetivo da OMC em 2001, vem gradativamente seguindo a cartilha da Organização. Além dessa conquista, que deixou o representante de **Comércio** dos EUA, Ron Kirk, "profundamente perturbado", segundo suas próprias palavras, um estudo de setembro de 2010 do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior aponta que das 37 investigações antidumping abertas no **Brasil** no ano em questão, a China, que sempre concentrou grande parte destes processos, foi alvo de apenas quatro - assim como os EUA.

Mudança. Ao que tudo indica, a China está, definitivamente, assumindo o lugar de principal emergente do mundo. Esta sua nova postura denota um claro desejo de se estabelecer nos **mercados** conquistados e contar com a segurança proporcionada pela OMC no **comércio** internacional. E as suas iniciativas rumo ao **desenvolvimento** não param.

Há cerca de um mês foi divulgado na imprensa chinesa um plano quinquenal, cujo intuito é, de acordo com o Primeiro Ministro Wen Jiabao, "transformar em cinco anos o modelo de **desenvolvimento** econômico e obter avanços científicos e tecnológicos também com

educação da mão de obra para conseguir qualidade e eficácia na economia."

Não à toa, Dilma Rousseff, assim que eleita, declarou que uma viagem aos EUA só aconteceria se acompanhada de outra para a China. Menos de quatro meses após a posse, a presidente iniciou, em 11 de abril, uma série de compromissos em Pequim e outras cidades chinesas. Já no segundo dia de visita, Dilma Rousseff e o presidente chinês Hu Jintao assinaram acordos de cooperação nas áreas de política, defesa, ciência e tecnologia, recursos hídricos, educação, agricultura, energia e aeronáutica, entre outras.

Dilma Rousseff foi à China com a convicção da atual pujança econômica do **Brasil** e com o intuito de dar um salto de qualidade no modelo de cooperação que existe. E o gigante asiático, sempre visando melhores oportunidades e estando também ciente da nossa importância no cenário mundial, parece estar aberto a relações pautadas no equilíbrio. Sinal dos tempos!

Sócia do Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados. Especialista em **Comércio** Internacional

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO POLÍTICA PARA MELHORAR PERFIL DA DÍVIDA FOI ABANDONADA, DIZEM ECONOMISTAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estudo mostra que fatia do endividamento indexada a taxas flutuantes, a mais danosa para o País, parou de cair nos últimos três anos

Raquel Landim - O Estado de S.Paulo

A fatia da dívida pública indexada a taxas flutuantes - a mais danosa para o País - está estagnada nos últimos três anos. Depois de uma queda expressiva desde 2003, quando representavam mais de 60% do endividamento do Brasil, esses títulos terminaram 2010 em 30,8% do total da dívida, o mesmo patamar de dezembro de 2007 (30,7%). Se incluídas as operações do Banco Central, o percentual vai a 42,6%.

De acordo com estudo elaborado pelos economistas Gustavo Loyola, Samuel Pessôa e Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada, o governo está negligenciando a política de melhorar o perfil da dívida pública brasileira para privilegiar a compra de reservas internacionais, na tentativa de conter a valorização do real, e para fazer robustos empréstimos ao **BNDES**.

O Tesouro Nacional nega a estagnação do processo e afirma que não abandonou a política de melhorar a qualidade do endividamento brasileiro. Segundo Otávio Ladeira, coordenador-geral do planejamento estratégico da dívida pública, o cenário de incerteza da crise global dificultou a tarefa nos últimos anos.

Os títulos pós-fixados são indexados a taxas de juros flutuantes, principalmente a taxa Selic. Isso significa que sua remuneração varia conforme o desempenho da economia brasileira e o cenário internacional.

Geralmente, quando o País vai mal, os juros sobem. Já os títulos pré-fixados tem prazo mais longo e juros fixos, por isso são mais "saudáveis" para a economia.

Para Loyola, Pessôa e Salto, o efeito da troca de papéis flutuantes por pré-fixados feita pelo Tesouro está sendo prejudicado pela venda e recompra de títulos da dívida pelo Banco Central - as operações compromissadas. Essas operações são feitas para compensar o aumento de liquidez provocado pela compra de reservas internacionais, que saíram de US\$ 49,3 bilhões em 2003 para mais de US\$ 320 bilhões.

Ao comprar **dólares** para conter a valorização do câmbio, o BC inunda o **mercado** de reais e é obrigado a enxugar o excesso, vendendo títulos do Tesouro, com compromisso de recompra e pagando taxa Selic. "As reservas são um seguro contra as crises externas, mas a partir de certo ponto os benefícios não compensam os custos", diz Loyola, que é ex-presidente do BC.

Os empréstimos do **BNDES** têm o mesmo efeito, porque também aumentam a liquidez, obrigando o BC a realizar mais operações compromissadas. Turbinado pelo Tesouro, o **BNDES** emprestou mais de R\$ 230 bilhões.

Independência. Títulos da dívida com juros flutuantes são uma herança da hiperinflação, quando poucos investidores corriam o risco de emprestar dinheiro ao **Brasil** a juros fixos. "Um grande volume de títulos flutuantes restringe a independência do BC", diz Pessôa, que também é professor da Fundação Getúlio Vargas.

O primeiro problema é a vinculação entre a política monetária e a fiscal. A dívida pública se torna mais cara quando o BC sobe os juros, já que a maioria dos títulos flutuantes é indexada a Selic. O segundo é a redução da eficácia da política monetária: ao mesmo tempo em que encarece o crédito e reduz o consumo, a alta da Selic aumenta a renda dos detentores de títulos públicos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO AINDA FALTA UM SINAL CLARO DO GOVERNO NA POLÍTICA FISCAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na sexta-feira passada, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de lei de diretrizes orçamentárias, com a meta fiscal para 2012. Esta é primeira LDO elaborada pelo governo Dilma Rousseff e, por isso, havia uma grande expectativa sobre a política fiscal que seria desenhada para o próximo ano. O superávit primário consolidado do setor público foi fixado em 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), sendo 2,15% para o governo central (Tesouro, Previdência Social e Banco Central) e 0,95% para os Estados e municípios. Trata-se, portanto, de uma meta superior a deste ano, estabelecida em 2,9% do **PIB**.

Tal como no ano passado, os valores fixados são nominais. Como a previsão do governo é de que o **PIB** em 2012 seja de R\$ 4,51 trilhões, os 3,1% corresponderão a R\$ 139,8 bilhões. Este é o compromisso que estará escrito na LDO. Do total, R\$ 97 bilhões serão de responsabilidade do governo central e R\$ 42,8 bilhões dos Estados e municípios. A rigor, portanto, o primeiro sinal que o governo está transmitindo é de que o superávit para 2012 pode representar um aumento do esforço fiscal em relação a este ano, cuja meta é de R\$ 117,89 bilhões para todo o setor público. Decomposta, essa meta significa que o governo central terá que produzir um saldo de R\$ 81,76 bilhões, o que corresponde hoje a 2% do **PIB**.

No projeto de lei, porém, o governo manteve a possibilidade de descontar de sua meta de superávit os investimentos feitos no âmbito do PAC, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, o que corresponde a 0,9% do **PIB**. Em outras palavras, todo o esforço fiscal originalmente estabelecido para o governo central poderá cair para só R\$ 56,4 bilhões. Ou de 2,15% do **PIB** para 1,25% do **PIB**. Assim, o sinal do governo sobre a política fiscal ficou comprometido, pois a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, não disse quais são as intenções do governo: se

há ou não o compromisso de cumprir a meta fiscal sem o desconto dos investimentos do PAC.

É oportuno, também, registrar algumas inconsistências nos parâmetros econômicos da proposta de LDO.

Uma delas se refere ao valor do salário mínimo - que é um das principais variáveis orçamentárias. O salário a ser pago em janeiro de 2012 foi projetado em R\$ 616,34, o que implica em um reajuste de 13,1%. A lei 12.382/2011, que fixou as regras para o reajuste do salário mínimo até 2015, determina que ele seja corrigido pela inflação do ano anterior (medida pelo INPC) mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes.

Como em 2010 o crescimento real foi de 7,5%, para chegar aos 13,1% de reajuste o governo estimou, portanto, uma inflação de 5,2% para este ano. Percentual bem inferior às atuais estimativas do **mercado**, em torno de 6,3%, segundo o último boletim Focus do Banco Central e menor que a inflação de 5,6% prevista pelo BC no último Relatório de Inflação. Se a previsão do **mercado** para a inflação for usada, o índice de reajuste do salário mínimo subiria para 14,3% e o valor do piso iria para R\$ 622,78.


Para estimar suas receitas, o governo precisa projetar o valor nominal do **PIB** no exercício, além da taxa de câmbio média e a taxa de juros no final do período, entre outros dados. A taxa de câmbio é **importante**, por exemplo, para estimar o Imposto de **Importação**. A taxa de juros é referência para a estimativa de arrecadação do IR nas operações financeiras.

A grade de parâmetros elaborada pelo **Ministério** do Planejamento, que serviu de base para a proposta da LDO, prevê uma taxa de câmbio média de R\$ 1,69 por **dólar** este ano e de R\$ 1,76 no próximo ano, o que está na direção contrária da tendência dos

últimos meses. Em dezembro deste ano, a SPE prevê que a taxa de juros estará em 11,75% e em 10,75% em dezembro de 2012 - níveis bem diferentes daqueles com que o **mercado** trabalha.

O governo decidiu também comprar uma 'briga' com o Congresso, pois a proposta de LDO acabou com as ressalvas de despesas do contingenciamento. As despesas obrigatórias estão livres da tesoura dos cortes, por dispositivo constitucional ou legal. Mas, todo ano, os parlamentares procuram excluir outras despesas do corte, dando-lhes caráter de execução obrigatória. O

valor das despesas "ressalvadas" cresce ano após anos, engessando ainda mais o Orçamento da União. Segundo dados da ministra Miriam Belchior, as despesas "ressalvadas" eram de R\$ 2,4 bilhões em 2004 e passaram para R\$ 10,3 bilhões em 2011. Essa é uma disputa cujo vencedor ainda não é conhecido, pois os parlamentares excluem do alcance da tesoura algumas das despesas para as quais fazem as suas emendas. Ou seja, a "ressalva" é uma maneira de obrigar o governo a executar a emenda parlamentar.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Plenário da Câmara deve votar somente MPs nesta semana		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Reportagem - Eduardo Piovesan // Edição - Marcos Rossi

Nesta semana, estão previstas na pauta do Plenário apenas medidas provisórias. Na sessão ordinária de terça-feira (19), deve ser iniciada a discussão do relatório do deputado Wellington Fagundes (PR-MT) para a Medida Provisória 513/10, que autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH).

Fagundes já apresentou seu projeto de lei de conversão para a matéria, com mudanças no Plano Nacional de Viação (PNV). Ao lado do porto do polo industrial de **Manaus**, já previsto pela MP no plano, o relator incluiu seis portos no rio Araguaia com o objetivo de aproveitar o potencial da hidrovía Araguaia-Tocantins.

A sessão de quarta-feira (20) está marcada para as 9 horas e nela os deputados analisarão as propostas pendentes do dia anterior.

Minha Casa, Minha Vida

Novas regras para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida constam da Medida Provisória 514/10, a segunda MP a trancar os trabalhos. Nessa fase do programa, está prevista a construção ou reforma de dois milhões de moradias entre 2011 e 2014.

A MP estabelece prioridade de atendimento às famílias chefiadas por mulheres e às desabrigadas que residam em áreas de risco e insalubres ou tenham sido desalojadas por isso.

O texto aumenta de R\$ 14 bilhões para R\$ 16,5 bilhões os recursos que a União poderá transferir ao

Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), uma das fontes de financiamento do programa.

Confira as outras 12 MPs que trancam os trabalhos:

- MP 515/10: concede crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a órgãos do Executivo e a estatais, com destaque para a Petrobras;

- MP 516/10: fixa o salário mínimo em R\$ 540 para os dois primeiros meses do ano;

- MP 517/10: reduz a zero o Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de títulos privados se o comprador residir no exterior;

- MP 518/10: cria o cadastro positivo para a inclusão de dados sobre os pagamentos em dia de pessoas físicas e jurídicas;

- MP 519/10: autoriza a União a doar estoques públicos de alimentos a países e regiões afetados por eventos naturais e sociais de grandes proporções;

- MP 520/10: cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para apoiar os hospitais universitários federais;

- MP 521/10: amplia o valor da bolsa de médico residente e garante licença-maternidade e paternidade a esse profissional;

- MP 522/11: libera crédito extraordinário de R\$ 780 milhões para atender estados e municípios atingidos pelas fortes chuvas de janeiro em municípios da Região Sudeste;

- MP 523/11: autoriza a União a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) para financiar investimentos e capital de giro de empresas dos municípios atingidos pelas fortes chuvas no Rio de Janeiro;

- MP 524/11: autoriza a prorrogação, até 31 de dezembro de 2011, de contratos temporários de pessoal vinculados a projetos de cooperação técnica com organismos internacionais;

- MP 525/11: permite a contratação temporária, em caráter emergencial, de professores para atender a expansão das instituições federais de ensino.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO GOVERNO PREVÊ SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 616,34		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo prevê salário mínimo de R\$ 616,34 no próximo ano, de R\$ 676,35 para 2013 e de R\$ 745,66 para 2014. Os números constam no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado na semana passada ao Congresso Nacional. O reajuste segue a fórmula, aprovada pela casa no início do ano, que estabelece correção pela inflação oficial pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos atrás, que foi 7,5% em 2010.

AGENDA DO DIA

FGV divulga prévia da inflação de abril pelo IPC-S.

. BC informa expectativas do **mercado** no Relatório Focus.

. **MDIC** revela a balança comercial da terceira semana de abril.

. CNI publica índice de confiança do setor industrial de março.